



AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O POSTALIS

MANIFESTAÇÃO DA ADCAP

Brasília/DF, 09 de junho de 2015

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O POSTALIS

MANIFESTAÇÃO DA ADCAP

1. Por que é importante debater a situação do Postalís?

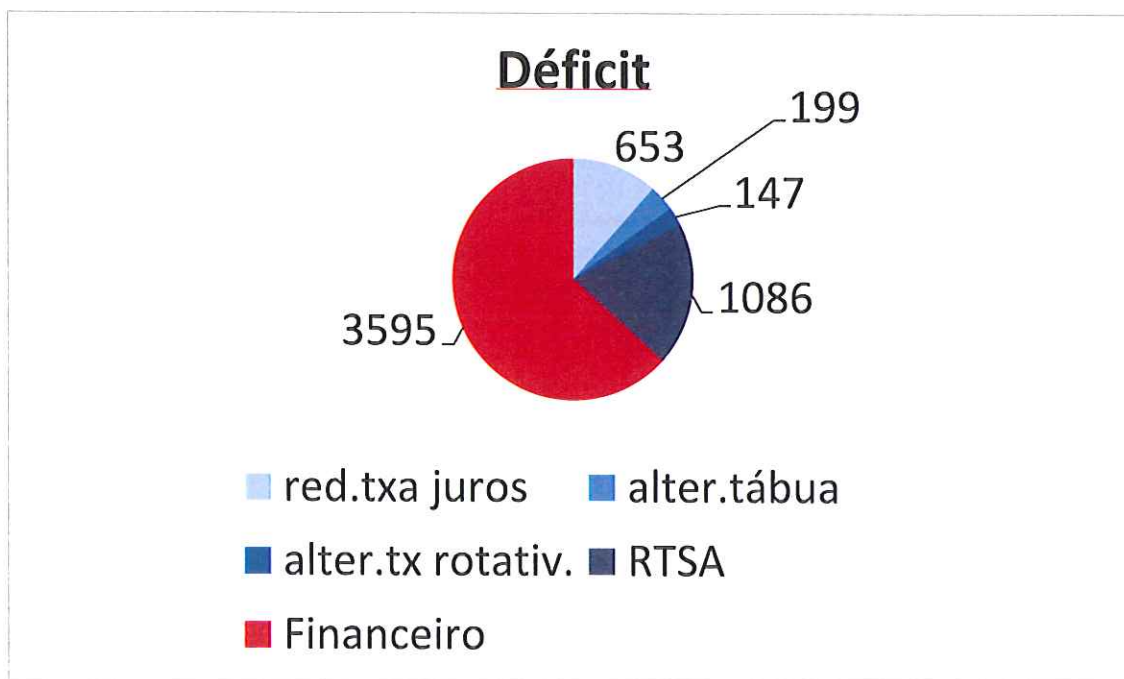
Entendemos que debater a situação do Postalís é muito importante pois o Postalís é o exemplo mais grave e emblemático dos problemas que afligem o sistema de previdência complementar brasileiro, em especial as instituições de previdência fechada, mantidas pelas empresas estatais, como: FUNCEF, PETROS, PREVI, POSTALIS e muitos outros. Todos com déficits bilionários, aplicações duvidosas nos mesmos grupos econômicos, mesmos atores dirigentes e contas pesadas para serem pagas pelos participantes.

2. Qual a situação do Postalís?

O Postalís administra dois planos de previdência: 1. PostalPrev implantado em 2008, que está em formação/acumulação, com mais de 110.000 participantes; 2. Plano BD, instituído em 1981, fechado em 2005 e saldado compulsoriamente em 2008, com 70.000 participantes ativos e 22.000 aposentados.

A situação dramática se refere ao Plano BD saldado, que reuniu contribuições de mais de 90.000 participantes e dos Correios por quase 30 anos, atingindo um patrimônio atualizado em 2014 de 5 bilhões de Reais e um déficit atuarial- de 5,6 bilhões de Reais.

A profunda indignação dos trabalhadores é constatar que um plano saldado em 2008 (quer dizer equilibrado, sem déficits) em apenas 6 anos tem déficit superior ao seu patrimônio. A composição do déficit é: a) menos de 18% atuarial pura, b) 63% financeiro e c) há uma parcela relativa ao saldamento (RTSA) de 19% que a Patrocinadora (Correios) pagou por cinco anos e suspendeu os pagamentos em 2014.



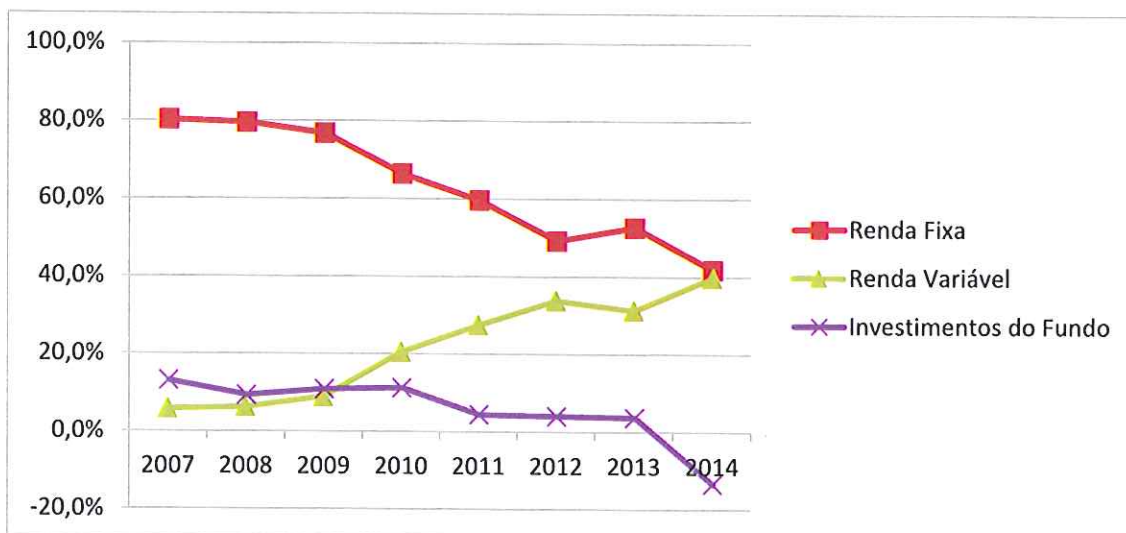
Ou seja, o valor astronômico de 5,6 bilhões de déficit é fruto de dois fatores principais: a) as aplicações temerárias e fraudulentas e b) a suspensão de pagamento de dívida da patrocinadora com o fundo. Em resumo, os trabalhadores se sentem roubados e ainda são chamados para pagarem a conta.

3. As aplicações financeiras foram temerárias

No quadro abaixo pode ser verificada a clara mudança de orientação dos investimentos do Postalís. Em 2007, ano anterior ao saldamento, 80% dos investimentos eram em renda fixa, com rendimento de 13,1% ao ano. Em 2014 representavam meros 41% enquanto aplicações em renda variável atingiram outros 40%. Algo pouco ortodoxo para um fundo saldado que não tem mais contribuições e que deveria ter suas aplicações com a maior segurança possível.

As aplicações foram temerárias e os rendimentos desastrosos. Mudaram de 13,1% positivos para 13,4% negativos! Isso é puro caso de polícia!

Ano	Percentual do Patrimônio Aplicado em		Rendimento dos Investimentos do Fundo
	Renda Fixa	Renda Variável	
2007	80,3%	5,8%	13,1%
2008	79,6%	6,3%	9,3%
2009	76,8%	9,0%	10,9%
2010	66,4%	20,5%	11,2%
2011	59,6%	27,5%	4,4%
2012	49,2%	33,8%	NI
2013	52,7%	31,3%	3,7%
2014	41,8%	39,8%	-13,4%



Comparando-se as aplicações do fundo BD do Postalís com os demais Fundos Fechados identifica-se que em títulos do governo federal o Postalís aplicou em média 5,0% enquanto os demais fundos aplicavam mais de 17%. Isso demonstra uma orientação para investimentos de risco muito acima do aceitável.

TÍTULOS DO GOVERNO FEDERAL % sobre o total de investimentos

	2009	2010	2011	2012	2013
BD Postalís	5,0	1,0	0,7	0,6	6,0
Sistema das EFPC	17,6	17,1	15,8	15,4	10,5

4. As aplicações financeiras foram fraudulentas

Ao longo dos últimos anos a imprensa tem noticiado suspeitas de aplicações duvidosas realizadas pelo Postalís. O quadro abaixo faz um breve resumo de algumas dessas aplicações. O que chama atenção dos trabalhadores, leigos em matéria de aplicação financeira, é a repetição de aplicações que viram pó, coincidentes entre os diversos fundos de estatais federais.

Do mesmo modo, os gestores, responsáveis pelas aplicações, se sucedem entre um fundo e outro, sinalizando para algo engendrado, coordenado por alguém superior.

Investimento duvidoso	Resumo	Valores envolvidos	Período	Atores Envolvidos	Veículo em que foi publicada a matéria
RAESA, New Energy e Multiner	Investimento com influência política	R\$ 342 mi	2006 a 2009	RAESA, New Energy e Multiner	Estado de São Paulo
SEC e relação polêmica com a Atlântica e Dirigente do Postalís	Investigação da SEC - fraude	US\$ 36 mi	2011	Atlântica	O Globo
Gestão do Diretor Financeiro demitido	Investigação da SEC - fraude	US\$ 46 mi	2012	Atlântica	Veja
BNYMellow e Lava-Jato	Investimentos com fraudes	R\$ 40 mi	Dez.12	BYMellow, DTW, Vaccari, Yuossef	O Globo
EBX e BVA	Investimentos no BVA e EBX	R\$ 127,5 mi (EBX) e R\$ 135,85 mi (BVA)	Jul.13	EBX e BVA	O Globo
Aplicações em desconformidade - Punição de dirigentes		Não informado	Ago.13	Banco Cruzeiro do Sul, Multiner, BVA, BMG e Banco Rural	Valor Econômico
BVA e EBX	Investimentos no BVA e EBX	R\$135,85 (BVA) e R\$ 127,5 mi (EBX)	Ago.13	EBX e BVA	O Globo
Grupo Galileo	Investimento de alto risco	R\$ 75 mi	Ago.13	Grupo Galileo, Univercidad e Gama Filho e UniverSidad e	Revista EXAME
Nova Bolsa	Investimento de alto risco	R\$ 72 mi	Set.13	BYMellow, ATG, Risk Office	Valor Econômico
Aplicações em desconformidade - Punição de dirigentes		Não informado	Set.13	Banco Máxima	DOU
BNY Mellon - Títulos da Argentina, Venezuela e PDVSA	Investimentos com fraudes	R\$ 105 mi / R\$ 197,8 mi	Set.14	Atlântica (gestor do fundo), BNYMellow (responsável pela supervisão da gestão)	Folha de São Paulo

Investimento duvidoso	Resumo	Valores envolvidos	Período	Atores Envolvidos	Veículo em que foi publicada a matéria
Galileo, BVA, BNYMellow e Lava Jato	Investimento de alto risco	Já indicados	Out.14	Galileo, BVA, BNYMellow e Lava Jato	O Globo
Trendbank	Investimentos com fraudes	Não informado	Ago.14	Trendbank, BVA, Banco Plural, Petra, Planner e Santander	Valor Econômico
Rio Nave	Investimento de alto risco	R\$ 70 mi	Abr.15	Rio Nave	Veja
Cajamar	Investimento em imóvel para os Correios	R\$ 300 mi	2011 a 2015	Latam Real State New Zeland	Revista Época
Danúbio	Investimento de alto risco	R\$ 400 mi	dez/13 a nov/14	Danúbio e BNYMellow	Revista ÉPOCA
Créditos Privados	Aumento das Provisões para Perdas	R\$ 1,472 bi (total) e R\$ 875 mi (Créditos Privados)	out.14	?	Ata do COF 364º Reunião Ordinária
Sociedades Limitadas	Aumento das Provisões para Perdas	R\$ 1,481 bi (total) e R\$ 701,6 mi (Sociedades Limitadas)	nov.14	?	Ata do COF 365º Reunião Ordinária

5. A dívida do saldamento (RTSA) é da patrocinadora

Nesta parcela, que responde por mais de 1 bilhão dos 5,6 bilhões de déficit, há algo muito estranho nas decisões dos Correios. Por sua decisão unilateral, o Plano foi saldado em 2008 e, consequentemente, equilibrado. Essa decisão implicou um valor sob responsabilidade dos Correios que seria pago em cerca de 20 anos.

Após 6 anos de pagamentos feitos pelos Correios, em ano de ajuste fiscal e de resultados financeiros pífios, resolve suspender os pagamentos e desprovisionar os valores contabilizados, e, consequentemente, transferir a conta para os trabalhadores e aposentados.

Em nossa opinião, essa decisão está entre o limite do irresponsável e do crime contra a economia popular!

6. Os Correios e o Postalís têm dito mentiras sobre a situação dos trabalhadores e aposentados

Os Correios e o Postalís têm afirmado que os impactos para os empregados são da ordem de 6% do salário para 70% do público. O Presidente Wagner na última matéria do Valor falou em 60,00 Reais de desconto.

Mentira 1: Neste conjunto de informações desprezam 22.000 assistidos e pensionistas que terão descontos de 34,98% dos vencimentos (cerca de 1/3 dos salários);

Mentira 2: Esses 6% ou 60,00 Reais, ao mês, em valor presente, considerando os 186 meses de pagamento superam R\$ 13.000,00. Para o salário inicial do agente de Correios (carteiro) corresponde a mais de um ano de salário integral.

Mentira 3: Estes valores apresentados pela empresa terão correção mensal pelo INPC (neste ano 8%), ou seja, para os trabalhadores que têm correção de salário anual terão um desembolso crescente com impactos todos os meses, cada vez mais onerosos.

Os Correios e o Postalís têm dito que os problemas do fundo são de responsabilidade de administrações anteriores. Segundo eles, a administração atual está resolvendo os esqueletos.

Mentira 1: O Plano BD foi saldado compulsoriamente pela patrocinadora em 2008. Ou seja, foi equilibrado em seus passivos e ativos atuariais em março de 2008, não havendo déficits pendentes. Em apenas 6 anos de gestão o déficit atingiu 5,6 bilhões, valor maior que o patrimônio atualizado em cerca de 30 anos de acumulação do Fundo.

Mentira 2: O saldamento forçado, de responsabilidade da patrocinadora, foi feito pelo governo Lula, do mesmo partido do Presidente do Correios e do Postalís;

Mentira 3: O Presidente dos Correios designou como Presidente do Conselho Deliberativo para a atual gestão (2011/2014 - atual presidente) o antigo diretor de seguridade da gestão passada, da época do saldamento. Ou seja, não há gestão anterior e a atual é, na verdade, uma continuidade de gestão. São os mesmos atores.

7. Os trabalhadores denunciaram a situação de desmando no Postalís e pediram a intervenção da PREVIC

Há um bom tempo a ADCAP vem alertando as instituições a respeito dos problemas do POSTALIS.

No ano passado, chegamos, juntamente com a FINDECT e a ANAPOST, duas outras entidades representativas dos trabalhadores dos Correios, a pedir à PREVIC que interviesse no POSTALIS. Na ocasião, fomos questionados por outras entidades, porque isso colocaria em risco o próprio fundo, que poderia ser liquidado a partir de uma intervenção. Isso não nos tirou da trilha de apontar sistematicamente a situação do POSTALIS e de rogar pela atenção e pelas providências das diversas instituições que poderiam agir para evitar que os problemas ficassem ainda mais graves.

Neste ano, os trabalhadores dos Correios foram apresentados à absurda conta que a malversação de investimentos e a incompetência geraram no Postalís - R\$ 5,6 bilhões, ou mais que os próprios ativos do fundo BD, então em torno de R\$ 5 bilhões.

Como já foi amplamente noticiado, o plano de equacionamento dessa montanha de dinheiro exigirá que se subtraia dos benefícios dos aposentados cerca de 26%, os quais se somarão aos 9% de contribuição especial que eles já pagam ao Postalís. Os aposentados terão, então, descontos de 35% por 15 anos e meio à frente. Para muitos deles, isso significa pelo resto da vida.

Os participantes ativos também terão uma despesa que muitos não suportarão. Pagarão cerca de 26% do valor dos benefícios a que terão direito quando se aposentarem durante os mesmos 15 anos e meio. Há muitos trabalhadores nos Correios que sairão do plano, abdicando dos benefícios apenas porque simplesmente não conseguem absorver essa despesa nova em seus orçamentos. Perderão, assim, a poupança que fizeram durante décadas para ter uma aposentadoria com alguma dignidade. Até algumas semanas atrás, mais de 2.500 já tinham pedido desligamento do plano. Nesse caso, o que poderão sacar quando se aposentarem corresponderá apenas a cerca de 15% do valor das respectivas reservas matemáticas, de acordo com o regulamento do plano. Perderão 85% do que teriam direito.

Isso é justo?

Onde estava nesse tempo todo a União, que deveria fiscalizar amiúde fundos de pensão de estatais, através da PREVIC, o órgão fiscalizador do sistema, e da própria ECT, que tem a dupla prerrogativa de indicar a gestão do fundo e de fiscalizá-lo?

Onde estavam os demais órgãos de controle - TCU, CGU, Polícia Federal, Ministério Público, que depois de muitos anos dessa situação no POSTALIS nada de concreto fizeram? E se fizeram, isso nunca nos chegou ao conhecimento.

Vivemos uma situação perversa. Nossa adesão ao fundo BD do Postalís foi compulsória, assim como foi também o saldamento. A patrocinadora decidiu instituir o fundo e o tornou obrigatório. Depois, decidiu saldá-lo e o fez sem nos dar outra opção. Colocou na direção do POSTALIS pessoas que produziram este rombo que hoje discutimos. E ainda quer que paguemos a metade do buraco bilionário que produziu?

Não faz sentido. E os trabalhadores não aceitarão passivamente mais esta imposição.

Que os patrões paguem por seus erros!

8. Os Correios são responsáveis pelos gestores que escolheram e pela fiscalização que não realizaram

A legislação vigente é clara e expressa quanto à responsabilidade do órgão fiscalizador e da patrocinadora. Os artigos 24 e 25 da Lei complementar 108/2001 definem que:

A responsabilidade é da PREVIC: “A fiscalização e controle dos planos de benefícios e das entidades fechadas de previdência complementar de que trata esta Lei complementar competem ao órgão regulador e fiscalizador das entidades de previdência complementar”

A responsabilidade é dos Correios: “As ações exercidas pelo órgão referido no artigo anterior não eximem os patrocinadores da responsabilidade pela supervisão e fiscalização sistemática das atividades das suas respectivas entidades de previdência complementar.”

Em nossa opinião os Correios, dada a natureza do déficit apontado, são de responsabilidade, quase integral, dos Correios, em razão do exercício do seu poder de mando e pela omissão do seu dever de fiscalização sistemático.

9. O que a ADCAP defende no caso do Postalís

Que a patrocinadora repare os prejuízos que causou aos participantes e aposentados, seja pelo exercício do poder de mando no Postalís, seja pela omissão no poder-dever de fiscalizar sistematicamente as atividades de seus gestores.

10. A ADCAP defende, em resumo:

1. Apuração e punição para os responsáveis pelos desvios no Postalís;
2. Fim da ingerência político partidária com a destituição da Diretoria e designação de apenas participantes e assistidos, sem interferências políticas;
3. Implantação de novo estatuto com novo modelo de governança, onde os participantes e assistidos tenham controle sobre as atuações da gestão;
4. Severa redução de custos da administração do Instituto;
5. Restrições na aplicação dos recursos do Fundo BD, preferencialmente, em títulos públicos.